

POLÍTICA

Na primeira sessão noturna da Constituinte, o debate sobre o regime de governo. Com um discurso eloquente de Afonso Arinos.

Noite de defesa do parlamentarismo



Cardoso Alves: contra o sorteio.



Afonso Arinos: contra o presidencialismo.

O governo lançou ontem mais um torpedão contra a proposta de "parlamentarismo à brasileira", aprovada pela Comissão de Sistematização da Constituinte, ao divulgar os resultados de uma pesquisa em que a opinião pública de São Paulo e Rio manifesta-se favoravelmente ao

presidencialismo. Respondendo à pergunta "quem deve mandar mais no País?", elaborada pelo Instituto Gallup, 42,6% das 1.244 pessoas entrevistadas responderam: o presidente da República; enquanto 13,1%, o Congresso Nacional, ou seja, o regime

Quem deve mandar no Brasil?

parlamentarista. Os números da pesquisa circularam intencionalmente no Palácio

do Planalto, apesar de não terem sido divulgados oficialmente pela Secretaria de Imprensa. Sabe-se que, além desta, o governo encomendou

uma outra junto aos constituintes para a partir daí adotar uma ofensiva com os aliados na Assembléia. Um número expressivo registrado foi de 35,3% favoráveis ao regime misto, com poderes divididos entre o presidente e o Congresso, enquanto 1,8% querem o poder em mãos do povo.

Esses cientistas não desculpam as falhas

A criação do ombudsman nacional "é um simples modismo", os votos dos eleitores acreanos vão continuar valendo onze vezes mais que os dos paulistas, alguns partidos que o governo julga "inconvenientes" poderão ser colocados na ilegalidade como aconteceu com o PCB em 1947/48 e não há qualquer avanço na questão militar. Estas são algumas das falhas do trabalho da Constituinte até agora, na opinião de 26 professores e pesquisadores do Centro de Estudos e Acompanhamento da Constituinte (Ceac) da Universidade Nacional de Brasília.

O primeiro "Caderno Ceac/UnB — Constituinte: temas em análise" será lançado às 19 horas de hoje, na livreria Presença, no Distrito Federal, com a participação de cientistas políticos, constituintes e membros do governo. O livro tem 156 páginas e analisa os trabalhos das subcomissões, comissões e da Sistematização, criticando os resultados até agora conseguidos, e dizendo que os constituintes se preocupam apenas "em discutir sobre mandato, regimes de governo e o papel de certas instituições".

O professor José Geraldo de Souza Junior, coordenador do núcleo de Direitos Humanos da UnB, acha que houve avanços no setor,

mas insiste em elogiar posições da Constituinte que se referem mais à soberania de outros países, como a união das nações contra a corrida armamentista e terrorismo, apesar de evidentemente os constituintes não terem consultado os xiitas do Irã sobre o assunto. Enaltece também o direito à reserva de mercado sempre que o controle tecnológico de nações estrangeiras possa representar perigo para a autodeterminação nacional.

Souza Junior critica a criação do ombudsman, dizendo que "pelo anteprojeto o defensor do povo não vai passar de um encaminhador de papéis", e que nada garante que ele não se torne "um mero relações públicas do legislativo ou do partido majoritário".

"A organização eleitoral e partidária apresenta os casuismos de sempre", escreve o professor David Fleischer, chefe do departamento de Ciência Política da UNB. Ele lembra que o relator do tema, deputado Francisco Róssi (PTB/SP) foi assessorado por Euclides Mendonça, que foi chefe de gabinete do ex-ministro da Justiça, Abi-Ackel.

Para Fleischer, os constituintes se omitiram quanto à fixação do número de cadeiras para a Câmara Federal, não tomando posição em relação às desigualdades regio-

nais. "Assim, o voto do eleitor do Acre vale onze vezes mais do que o de São Paulo, pois com seus 31,3 milhões de habitantes e apenas 60 deputados federais, cada um desses representa 521 mil paulistas, enquanto no Acre, com seus 374 mil habitantes e oito deputados, cada um representa 46,8 mil acreanos".

Fleischer lembra ainda que os partidos não poderão ter ligações com entidades estrangeiras, justamente "a janela que possibilitou a cassação do PCB em 47/48". Ele pergunta como ficariam o PFL, "que tem vínculos com a fundação Friedrich Nauman do Partido Democratas Livres da Alemanha, o PDT ligado à Internacional Socialista, o PT com a Fundação Friedrich Ebert e o PCB e PC do B com suas respectivas organizações comunistas internacionais".

A pressão militar

O diretor do Ceac, ex-deputado João Gilberto, diz que há avanço muito pequeno no trato da questão militar e que a discussão está errada na Constituinte. "Não é o fato de os militares terem papel interno que os torna risco para a democracia, pois este papel é necessário para a própria democracia, para garantir eleições no Interior, por exemplo. O que põe em risco o poder constitucional é o arbítrio de

chefes ou comandantes para decidirem ações, sob alegação da obrigação constitucional de garantirem poderes, a lei ou a ordem", comenta João Gilberto.

Ele lamenta que até o regime de governo, parlamentarista ou presidencialista, está sendo discutido ao sabor do papel dos militares no governo, se podem ou não receber voto de desconfiança. "Continua a inaceitável situação anômala de tais ministros que são 'políticos' na hora de participar das decisões do governo e querem ser representantes de instituições permanentes, no momento de sofrerem as consequências de suas decisões de caráter político. Isto inviabiliza tanto o presidencialismo como o parlamentarismo."

Já a representante do Dieese, Maria da Glória Veiga Moura, acha que a estabilidade plena no emprego deveria ser mais explícita e cita exemplos onde isto acontece "como na Guiné-Bissau, Portugal e Argentina", sem mencionar nenhum país desenvolvido. Para o diretor da Sociedade Brasileira do Direito do Meio Ambiente, Eury Pereira Lima Filho, houve muito avanço na parte ecológica, mas criticou "a militarização da política ambiental e da gestão dos recursos naturais".

Claudio Kuck

Até as 21 horas de ontem, três do quatro parlamentares inscritos para discursar na primeira sessão noturna extraordinária da Constituinte, convocada para o debate do regime de governo, haviam se manifestado a favor do parlamentarismo, entre eles o senador Afonso Arinos, presidente da Comissão de Sistematização, que o fez com eloquência. O senador pelo PFL do Rio de Janeiro fez um retrospecto da história republicana e do presidencialismo no Brasil, concluindo que, em cem anos de República "tivemos 54 anos de infâmia, de miséria de governos absolutamente irreconhecíveis e desprezíveis, contra a consciência nacional".

Com veemência, Afonso Arinos defendeu o sistema parlamentar de governo, acentuando que o presidencialismo só foi aplicado convenientemente nos Estados Unidos, mas devido a condições especiais, "consequência de uma guerra pela independência do país. Foi um milagre histórico". Em contrapartida, lembrou que, no Brasil, ele começou com o positivismo, a partir da filosofia de Augusto Conte, "que era a ditadura esclarecida, ao contrário da filosofia mal esclarecida do Brasil". Para o parlamentar, "o positivismo fundamentou no Brasil a idéia da ditadura, enquanto o militarismo, a ditadura militar, desde o início da República".

A sessão

Os trabalhos noturnos da Constituinte foram instalados pelo deputado Jorge Arbage, com o deputado Del Bosco Amaral (PMDB-SP) apresentando questão de ordem contra o sistema adotado pela Mesa — sorteio e indicação das lideranças partidárias — para escolha dos oradores das sessões noturnas. Segundo o deputado paulista, "sorteio é bom para bingo ou jogo de azar e não para a Constituinte". O vice-líder do PMDB na Constituinte, deputado Miro Teixeira, retrucou não ter sido decisão da liderança o sistema e sim da Mesa da Constituinte, com a concordância dos líderes partidários. O deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), também protestou contra o sorteio.

A primeira oradora da noite foi a deputada Cristina Tavares (PMDB-PE) que, depois de duras críticas ao deputado Prisco Viana (um malufista que hoje se encontra no PMDB) e ao senador

Marco Maciel, presidente do PFL, fez a defesa do parlamentarismo. Na sua opinião, somente através do sistema parlamentar será possível a criação de partidos políticos fortes. Ela foi contestada, em aparte, pelo deputado José Genoíno (PT-SP) para quem o parlamentarismo vai implantar no País um condomínio fisiológico de distribuição de cargos.

Em seguida, falou o senador João Menezes (PMDB-PA), que defendeu o presidencialismo. Ele prometeu apresentar 50 emendas retirando todos os dispositivos parlamentaristas já aprovados pela Constituinte e disse que o sistema que se tenta aprovar visa a um ajustamento de interesses pessoais e de grupos. Ele foi apoiado em aparte pelo senador Hugo Napoleão (PFL-PI), que previu riscos para o País caso o parlamentarismo seja aprovado. O senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ) lembrou então que, em 64, não foi o parlamentarismo a ser deposto e sim o presidencialismo aprovado através de plebiscito.

"Em nome do bom senso, do patriotismo e contra o autoritarismo e a tecnocracia", o deputado Bonifácio Andrada (PDS-MG) defendeu o parlamentarismo como a solução conjuntural para os problemas do Brasil e previu graves conflitos, com a tendência autoritária, se o parlamentarismo não for adotado. O deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) falou em seguida ao senador Afonso Arinos e defendeu o presidencialismo. Dos 15 oradores inscritos, pelo menos 10 eram a favor do parlamentarismo.

Contra o plebiscito

O líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), pretende derrubar na Comissão de Sistematização os dois projetos de resolução que convocam plebiscito para decidir o sistema de governo e a duração do mandato presidencial. Os projetos são dos deputados Brandão Monteiro (PDT-RJ) e Virgílio Guimarães (PT-MG).

Sant'Anna vai contestar o quórum para apresentação dessas propostas e considerá-las prejudicadas regimentalmente. Para ele, serão necessários 47 votos e não apenas maioria absoluta. Sant'Anna vai argumentar também que ambos os projetos estão sendo apresentados fora de prazo.